



26.01.2010 - Por José Augusto Moreira

Justiça aposta tudo nas novas tecnologias

Num contexto de contenção absoluta, o Ministério da Justiça parece centrar na utilização das novas tecnologias o essencial da aposta para a melhoria e maior eficácia dos serviços, revela a versão preliminar da proposta de Orçamento do Estado para 2010.

A par da reformulação do CITIUS - o sistema informático de tramitação dos processos que tem sido alvo de críticas por parte dos juízes -, o ministério anuncia também a simplificação dos processos de cobrança de dívidas e a introdução da Aplicação para a Gestão do Inquérito-Crime (AGIC). O lançamento da rede de justiça de nova geração, baseada em fibra óptica, é também o caminho apontado para outras alterações a nível de procedimentos nos tribunais, tendo a vista a desmaterialização de procedimentos.

Segundo a versão preliminar da proposta de OE, o recurso “à utilização sistemática das TIC [Tecnologias de Informação e Comunicação] ” permitirá também a “melhoria da eficácia da Informação Empresarial Simplificada” e a redefinição dos modelos de comunicação entre o tribunal e os cidadãos. Neste último aspecto é anunciada “uma linguagem acessível às pessoas, e divulgação, de forma mais completa, dos prazos de decisões, das citações e notificações”.

Sem se comprometer com qualquer tipo de investimento, o documento assinala que serão desenvolvidos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas e uma avaliação do processo de aplicação do novo mapa judiciária, que está em funcionamento em três comarcas piloto (Grande Lisboa Noroeste, Baixo Vouga e Alentejo Litoral), tal como tinha sido anunciado pelo ministro Alberto Martins logo que iniciou funções.

Ao nível dos recursos humanos, o ministério diz que vai promover a uniformização e estabilização das regras de movimento, para que as equipas de magistrados e de oficiais de justiça possam desempenhar funções com o horizonte temporal necessário a uma boa gestão de processos. Para aumentar o contributo da justiça na eficácia dos serviços e na redução dos custos de contexto, o Governo vai disponibilizar novas ferramentas aplicacionais via web e incrementar a utilização de registos on-line.